



O PROTAGONISMO INFANTIL NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS: REFLEXÕES A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO WAAPA / POVO YUDJÁ

**CHILD PROTAGONISM IN THE EDUCATION OF INDIGENOUS CHILDREN:
REFLECTIONS BASED ON THE WAAPA / POVO YUDJÁ DOCUMENTARY**

Pamela Staliano – UFGD – Dourados – Mato Grosso do Sul – Brasil
pamelastaliano@ufgd.edu.br

Kyara Mauriane Oliveira Grandini - UFGD – Dourados – Mato Grosso do Sul – Brasil
kyaragradini@gmail.com

Rebeca Valdez Santos – UFGD – Dourados – Mato Grosso do Sul – Brasil
rebecasantos061@gmail.com

Tawana Mirelle Gonçalves de Oliveira – UFGD – Dourados – Mato Grosso do Sul – Brasil
tawanamirelle@hotmail.com

RESUMO

A criança, independente das diferenças socioculturais, de gênero ou qualquer outro dispositivo discriminador, deve ter seus direitos como cidadãos respeitados e preservados. O projeto violento e opressor do colonialismo resultou na ruptura dos povos originários com a sua cultura, visto que ao longo desse processo foi consolidado um modelo universal de características europeias. Deste modo, o presente trabalho busca caracterizar a infância indígena com base na teoria decolonial, a partir da discussão do documentário *Waapa*. Para tanto, o documentário foi analisado a partir da técnica de análise de conteúdo temática proposta por Bardin. Foram criadas três categorias norteadoras da discussão: Natureza, Gênero e Cultura. Foi possível observar as particularidades das vivências indígenas na infância e o modo como a cultura e os elementos da natureza se relacionam com os marcos do desenvolvimento infantil, bem como, a formação social e humana de cada criança. Ficou evidente ao longo das cenas o protagonismo infantil, entendendo a criança como sujeito participativo, ativa em suas relações sociais e interações, propondo uma noção de infância mais diversa e que ganha espaço e visibilidade. Ressalta-se que é necessário o olhar do giro decolonial para que se possa compreender a singularidade e sentimento de infância de cada povo.

Palavras-chave: infância; decolonialidade; gênero.

ABSTRACT

The child, regardless of sociocultural differences, gender or any other discriminatory device, must have their rights as citizens respected and preserved. The violent and oppressive

project of colonialism resulted in the rupture of the original peoples with their culture, since throughout this process a universal model of European characteristics was consolidated. Thus, the present work seeks to characterize indigenous childhood based on the decolonial theory, based on the discussion of the documentary Waapa. Therefore, the documentary was analyzed using the thematic content analysis technique proposed by Bardin. Three categories guiding the discussion were created: Nature, Gender and Culture. It was possible to observe the particularities of indigenous experiences in childhood and the way in which culture and elements of nature relate to the milestones of child development, as well as the social and human formation of each child. The child's protagonism was evident throughout the scenes, understanding the child as a participatory subject, active in their social relationships and interactions, proposing a more diverse notion of childhood that gains space and visibility. It should be noted that it is necessary to look at the decolonial turn in order to understand the uniqueness and childhood feeling of each people.

Keywords: childhood; decoloniality; genre.

DEFINIÇÃO DE INFÂNCIA E A PERSPECTIVA DECOLONIAL

Como podemos definir a infância? Existem características específicas e particulares de cada povo/cultura/território que influencia na percepção/constituição/vivência das crianças? Sobre estes questionamentos Sousa (2022) nos provoca, indagando que é possível pensar a criança a partir de distintos marcadores, seja ele social, etário, jurídico, linguístico, dentre outros. No entanto, a proposta do presente texto, não consiste em discutir cada um destes marcadores, mas propor uma reflexão sobre a experiência/vivência/constituição da infância indígena a por meio da discussão do documentário "Waapa".

Para tanto, tratando-se de povos tradicionais da América Latina, não se pode deixar de abordar sobre o processo de colonização, marcado por situações de opressão e violência, sendo elas físicas, psicológicas, sociais e econômicas, cujo objetivo consistiu em colonizar o "OUTRO", visto como pertencente a uma civilização "atrasada" e/ou "adoecida". Os colonizadores impuseram a sua cultura, valores e conhecimentos como superiores e mais desenvolvidos comparado, nesse caso, aos povos indígenas e às pessoas pretas. Estes, vistos pelos olhos dos colonizadores como selvagens, tornam-se alvo de um projeto violento que visava transformar a cultura, os costumes e a identidade destes sujeitos, impondo-lhes uma nova perspectiva acerca da língua, da vestimenta, do comportamento, da religião, dos costumes, do conhecimento e da cultura (QUIJANO, 2005). Este processo marcado pela repressão reverbera sobre as crianças indígenas e a visão colonial que se tem delas.

Ou seja, mesmo com o fim do colonialismo, os saberes e a lógica dos colonizadores estão presentes na sociedade pelo fenômeno da colonialidade que enraíza a ideia de que o modelo europeu é normal e universal enquanto os outros modos de vidas, existências e sociedades são ignoradas. Uma maneira de compreender as implicações e modos de perpetuação da colonialidade é deter o olhar e a atenção aos seus desdobramentos, como a colonialidade do poder, do ser, do saber, do corpo, do gênero, entre outras (QUIJANO, 2005; 2009; MIGNOLO, 2005).

Visando romper e problematizar os efeitos desse processo, o pensamento decolonial emerge como um movimento denominado “giro decolonial”. Segundo Maldonado-Torres (2005) tais estudos possuem a finalidade de explicitar as relações de poder por meio de uma transformação das ideias impostas pelo projeto de colonização. Sendo assim, é crucial o fortalecimento dos estudos decoloniais visto que propõem pensar conhecimentos e práticas não coloniais que rompem com o universalismo.

Neste sentido, é importante refletir e questionar o impacto do colonialismo e da colonialidade no entendimento da infância para os povos indígenas. A definição da infância, crescer, brincar e ser criança é atravessada por uma visão eurocêntrica que separa o corpo, a alma e a natureza (SALVA; SCHUTZ; MATTOS, 2021; SOUSA, 2022; KUHN JÚNIOR; MELLO, 2020).

Ponderando juntamente com Sousa (2022) como a percepção da infância, bem como, o que se entende por criança faz parte de um grupo social, é fruto da intersecção de múltiplos marcadores sociais: classe, gênero, etnia/raça e região. Já Didonet (2005) apresenta alguns âmbitos que é preciso ponderar e refletir para o entendimento e definição da infância são eles:

- 1) o biológico, ou seja, como etapa de vida do ser humano; 2) o imaginário, ou seja, lugar que a infância ocupa no inconsciente e se relaciona com a nossa infância vivida; 3) o intersíquico, o lugar que descreve as relações das crianças com os outros; 4) o social, que revela onde a criança mora, como ela vive, quais suas ocupações – trabalho ou brincar, com quem se relaciona e quais espaços lhes são reservados pela sociedade; 5) o jurídico, espaço conquistado, no Brasil, no texto da Constituição de 1988, através do artigo 227; e 6) o espaço de cidadania, ou seja, o lugar que garante que todas as crianças sejam reconhecidas como sujeitos sociais, com registro civil, acesso aos serviços de saúde, educação e lazer. (DIDONET, 2005, p. 1-2).

Assim, há uma urgência no debate acerca do colonialismo e da colonialidade, suas implicações na formação das subjetividades humanas e os impactos no entendimento da infância para os povos indígenas.

Frente ao exposto, fundamentado nesse entendimento e no compromisso ético-político da Psicologia com os povos originários, o PET Psicologia/Geografia/Ciências Sociais - Conexões de Saberes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) a partir do “Grupo de Estudos sobre Fronteira, Violência, Gênero”, selecionou o curta-metragem *Waapa* (2017) como propulsor de um dos encontros da ação para a discussão da decolonialidade e da interseccionalidade na constituição da infância. Vale salientar que o grupo de estudos tem como finalidade o diálogo de temas interdisciplinares importantes nos âmbitos local, regional e nacional que valorizem reflexões a respeito da fronteira, populações indígenas, racismo e antirracismo, violência de gênero, dentre outros.

Produzido por Maria Farinha Filmes, o audiovisual retrata a relação entre o corpo-alma na infância dos povos Yudjá, residentes da aldeia Tuba-Tuba. O documentário foi filmado na região norte do estado do Mato Grosso, nas águas do Alto do Xingu, retratando as formas distintas de cuidados que perpassam o desenvolvimento e a educação das crianças.

No Brasil, a formação da infância apresenta forte influência da Igreja, visto que as crianças indígenas passam a serem alvos de um processo de colonização com a intenção de substituir gerações. Os modos de dominação são marcados por formas diferentes a depender do gênero. A dominação dos meninos indígenas visava, por meio da violência, fazê-los abandonar os seus costumes e a relação singular com a natureza, pois eram vistos como mais maleáveis que os adultos, por ainda estarem em processo de desenvolvimento (ARIÈS, 2016; SOUSA, 2022).

Existe um significado de “ser criança” e do sentimento de infância para os povos indígenas. Ambos são perpassados por uma relação íntima e de cuidado com a natureza, ser mulher e ser homem possuem significados distintos e cada povo carrega no seu bem-viver crenças e costumes característicos de sua cosmologia (SOUSA, 2022).

Ao considerar as novas perspectivas em relação à infância é de suma importância construir e fortalecer ações, movimentos e trajetórias que rompam com a lógica eurocêntrica que alicerçam a construção de direitos, leis e declarações. Uma vez que é evidente a presença das diferentes formas do colonialismo nos direitos das crianças e adolescentes, torna-se fundamental buscar alternativas decoloniais a fim de dar voz, visibilidade e identidades a estes sujeitos, a partir de sua própria história (KUHNS JÚNIOR; MELLO, 2020; SOUSA, 2022).

Assim, o presente trabalho objetivou discorrer acerca da infância a partir de uma perspectiva decolonial, bem como, a influência do colonialismo na construção do ser criança e do sentimento de infância para os povos indígenas, baseando-se no documentário *Waapa* (2017).

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma análise do documentário *Waapa* (2017) fruto de uma ação proposta no planejamento anual do grupo PET Psicologia/Geografia/Ciências Sociais - Conexões de Saberes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em 2021. A ação de ensino, teve por objetivo discutir temáticas culturais, sociais, políticas e éticas que auxiliam na construção cidadã e acadêmica dos integrantes do grupo.

Assim, a discussão se deu com base na perspectiva decolonial com foco na infância, orientada pelo método da análise de conteúdo temática proposto por Bardin (2016), seguindo as etapas:

1. **Pré-análise**, fase da organização propriamente dita, de constituição dos materiais. Nas atividades da pré-análise, encontra-se a atividade de leitura “flutuante”, em que se estabelece contato com o documento a ser analisado, neste caso, o documentário foi assistido algumas vezes pelos petianos/juízes;
2. **Exploração do material**, que consiste em codificar, decompor ou enumerar as mensagens, em função de regras previamente formuladas, para que possa atingir uma representação do conteúdo, neste caso, algumas cenas do documentário foram

selecionadas e agrupadas, visando à criação de categorias temáticas a serem discutidas; e,

3. **Tratamento dos resultados obtidos e interpretação**, fase em que operações estatísticas simples permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas e figuras, que esquematizam as informações resultantes da análise.

Os eixos norteadores — **Natureza, Gênero e Cultura** — foram definidos devido à relevância e incidência na narrativa da produção cinematográfica e debates político-sociais na atualidade. Cabe mencionar que outras análises podem ser empreendidas a partir da discussão do referido documentário, no entanto, as provocações e debates realizados no interior do Grupo PET Psicologia/Geografia/Ciências Sociais, edificados a partir da perspectiva decolonial, contribuíram para a delimitação destas categorias temáticas norteadoras a discussão deste texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É possível observar ao longo de toda a obra a forma sensível com que foi retratada a educação das crianças e sua relação com um olhar específico sobre o brincar, o viver com a/na comunidade, a natureza e a espiritualidade, convidando o expectador a refletir e repensar a educação das crianças não indígenas a partir de um modo de educar permeado por uma cosmologia característica do povo Yudjá. Em que o território possui uma riqueza singular que compõem a história do povo que encontra na natureza o remédio para o bem viver (que significa a filosofia e a prática indígena, proveniente da ancestralidade, articulando os povos, a natureza e todos os seres que a compõem) (MELIÀ, 1991) e desenvolvimento das novas gerações, respeitando e preservando a sabedoria ancestral.

No decorrer de cada eixo temático, serão pontuados elementos que perpassam o povo Yudjá de modo que seja tecido o entendimento da necessidade do giro decolonial. Vale salientar que a certa medida os temas se correlacionam, enfatizando o princípio de não fragmentação do sujeito e evidenciando o protagonismo infantil na educação das crianças indígenas Yudjá.

NATUREZA: Conhecimento que Cura

Os cuidados e aprendizados presentes na infância da cultura Yudjá, estão relacionados aos elementos da natureza. Desse modo, percebe-se que ao longo da produção audiovisual, o brincar e o aprender giram em torno do conceito apresentado enquanto *Waapa* (cuja tradução remete à “medicina” do povo Yudjá). 1. Elemento da natureza que ensina. 2. Remédio que cura. Evidenciando o poder que a natureza apresenta tanto ao corpo quanto à alma das crianças, que por meio de brincadeiras conseguem aprender, desenvolver habilidades e reconhecer o mundo (BUMLAI *et al.*, 2017).

Nesse sentido, Menezes (2017) afirma que as substâncias naturais são usadas tanto para cura xamânica evidenciando a fé e a crença nos seres espirituais que habitam o rio e a floresta que curam e protegem, quanto para a produção de habilidades, pois acreditam que alguns elementos da natureza possibilitam a aquisição de atributos ou dons para o corpo da criança. É notório que ao longo do documentário e da literatura especializada sobre o povo Yudjá, percebe-se que o uso de remédios naturais educa, cura e possibilita a formação de habilidades, evidenciando a relação alma-corpo que fornecem uma proteção de alma e preparação do corpo para as crianças.

Além disso, outro elemento importante retratado no documentário relacionado à natureza é a presença da lua e como esta se insere no contexto do desenvolvimento da criança ao longo do seu ciclo. Assim, destaca-se que “os seres celestiais também interferem e fazem parte dos processos educativos yudjá” (WUNDER, 2020, p. 85). Os narradores argumentam sobre o papel da lua nesse processo de cuidado com a criança, sendo que o uso dos remédios deve ser utilizado em um ciclo específico da lua:

A lua, quando nasce, é bem baixinha ainda, é frágil. Ela é mole e quando você está pedindo para a lua, seu corpo também fica mole e ele recebe muito rápido a essência do remédio, a força do remédio. (Depoimento de Yabaiwa Juruna, aldeia Tubatuba, 2016).

Desse modo, evidencia-se que a forma do povo Yudjá ver o mundo, o cuidado que exerce sobre a criança por meio de seus rituais e sua relação com a natureza é totalmente diferente daquela imposta pelo colonizador, dita como universal. Dentre os fenômenos da colonialidade apontados por Kuhn Júnior e Mello (2020), pode ser destacado que historicamente se fez presente a colonialidade da natureza a partir do

não reconhecimento desses saberes, por exemplo, a cura oriunda dos elementos presentes na natureza. Portanto, é necessário olhar, acolher, escutar e buscar compreender a infância indígena a partir da cosmologia de cada povo.

GÊNERO: Marcas Tecidas pelos Ancestrais

Os marcadores de gênero na infância indicam o lugar social e as atribuições que cada grupo irá desempenhar no futuro. No contexto Yudjá, retratado no documentário, as meninas aprendem tecelagem, culinária, cerâmica, enquanto os meninos são ensinados a fazer cestaria, canoa, remo e roça, correspondendo assim, as atividades de acordo com o gênero (MENEZES, 2017). Nesse sentido, a inicialização das divisões sociais, sejam funções de trabalho ou atribuição de gênero, ocorre ainda enquanto crianças. O trabalho artesanal do povo Yudjá, atribuído à mulher, começa quando a menina recebe o ofício de tecelã, nesse processo, uma mulher mais velha coloca no dedo da menina uma aranha, com o intuito de que a picada do aracnídeo a torne hábil para tecer. Outro elemento de iniciação é a queima do algodão durante a lua cheia, as meninas grudam um pedaço longo de algodão na palma da mão, queimam a ponta, e à medida que o algodão vai sendo queimado, a menina apaga com a palma. De acordo com relato de Yabaiwa, no curta-metragem, isso ocorre, pois:

Quando nasce a lua nova, eles põem algodão aqui na palma da mão e depois queima, aí já dá o sinal de que ela tá se preparando para ser boa tecelã. O remédio prepara ela na verdade, que traz o conhecimento, que traz habilidade para ela. (Depoimento de Yabaiwa Juruna, aldeia Tubatuba, 2016).

Do mesmo modo, o papel de provedor e responsável pela caça do alimento pertence aos homens. Segundo Yabaiwa “tem que usar esse remédio senão ele vai passar fome, se ele depender só dos outros ele não vai conseguir, porque não vai conseguir matar” (Depoimento de Yabaiwa Juruna, aldeia Tubatuba, 2016). O remédio dos meninos é a pampa do “buraquinho da castanha”, que se passada no braço dos pequenos para que eles não errem o alvo da caça. O sumo de uma folha, aplicado nos olhos dos meninos, também compõe o grupo de elementos de iniciação para que se constitua um bom caçador.

Estes processos são elementos importantes e reconhecidos como remédios necessários para um melhor desempenho das futuras funções de adultos. No entanto,

segundo Menezes (2017) essas ações apontam também para a fase do desenvolvimento em que as crianças tornam-se aptas para casar e constituir família, pois este período é igualmente dedicado a “experimentar, ao aprender e a formação das habilidades do corpo” (p. 71). A autora ainda destaca que a partir dos sinais biológicos, da transição infância-adolescência, são realizados ritos de cuidados distintos entre os gêneros, visto que “de acordo com os antigos yudjá, quando a menina tinha a menarca, os pais construía uma espécie de jirau ou mezanino dentro da casa, e a menina ficava lá em cima aprendendo as artes e ofícios yudjá” (MENEZES, 2017, p. 77). É importante salientar que este processo de reclusão anuncia a comunidade que a jovem moça está pronta para assumir a responsabilidade dentro da estrutura familiar, ocupando o lugar de mãe e esposa.

Percebe-se que as funções de acordo com o gênero distinguem os processos de preparação das crianças Yudjá. Salva *et al.* (2021) destacam a importância de, ao refletir sobre as brincadeiras e interações de crianças nos espaços de aprendizagem, atentar-se para questões de gênero, raça e idade, “vislumbrando ressignificar o próprio horizonte do que pensamos sobre as culturas infantis” (p. 163).

CULTURA: Elemento da Memória, da História e do Corpo

Quando o deus libertou o rio, o deus era os Yudjá. Yudjá é um nome que vem de muito tempo, significa ‘o povo do rio’ ou ‘o dono do rio’. É por isso que hoje a gente não consegue ficar longe do rio. Para mim ser Yudjá é fazer parte de tudo, de tudo que Yudjá faz. E é por isso que a gente está ensinando isso para os meninos, essa cultura, vamos dizer assim. (Depoimento de Yabaiwa Juruna, aldeia Tubatuba, 2016).

As etnias indígenas, presentes no território brasileiro, encontram-se em sintonia ao verem a cultura como manifestação fundamental a ser preservada tanto para os que ainda vivem nesta terra, quanto para aqueles que farão dela chão de vivências e lembranças. Os valores culturais de cada povo revelam as distintas compreensões e perspectivas de relacionar-se no/com o mundo, a natureza e a comunidade. A preservação destas heranças tem sido um movimento de luta e resistência diante do genocídio contra esses povos (CLASTRES, 2014).

A proximidade e a intimidade com o rio retrata o que é ser um Yudjá. O rio que é movimento, calmaria, espelho e melodia, também é o deus que gera vida — fruto do elo entre outros seres humanos/as e a natureza (WUNDER, 2020). Despertar nas crianças a admiração e a estima pelo Yudjá e pelas subjetividades não humanas criadas e presentes no mundo, é fazer florescer nos meninos e nas meninas o movimento e o ritmo deste deus.

Como apresentado anteriormente, a lua desempenha um papel significativo para o povo Yudjá, nesse sentido, um dos papéis evidenciados no documentário é a lua sendo também detentora do conhecimento. Quando o clarão da Lua cheia irradia a terra, traz junto a inspiração para transmitir os saberes aos mais novos, seja por meio da contação de histórias ou de outras situações, como a relação com os remédios. Esta fase da lua marca um período em que os saberes são repassados às crianças, assim, é um tempo em que se mantém acesa a chama do conhecimento e das heranças culturais dos Yudjá (MENEZES, 2017).

No que diz respeito à transmissão de conhecimentos, a Lua nova sinaliza o momento da utilização dos remédios. As crianças aprendem desde cedo os ensinamentos acerca dos remédios e modos de usar. Os remédios são cura. Atrelados à natureza e aos cosmos, traz o indivíduo novamente para o movimento; para a dança do viver. "Quando a lua está cheia já passou o período de passar remédio, mas quando está bem fininha ela está nova e daí pode usar os remédios e assim é pedido para lua passar os ensinamentos para quem está usando o remédio" (Depoimento de Yabaiwa Juruna, aldeia Tubatuba, 2016). Para esse povo, existem espíritos que guiam e cuidam dos diversos tipos de remédios. Chamados de "donos dos remédios", estes espíritos possibilitam os efeitos da cura e também a transmissão de dons específicos para as crianças. Eles as acompanham sendo símbolo de força e proteção (MENEZES, 2017).

O remédio atrai o espírito de um animal ou de uma planta. Esses espíritos que são donos do remédio, a gente não vê, mas quando ele vem, entra no nosso corpo. E esse espírito a gente vai ver na habilidade da pessoa. E depois que a pessoa é incorporada por esse espírito o resultado que a gente vai ver é que ele é habilidoso... assim que é incorporado esses espíritos, o remédio puxa esses espíritos. (Depoimento de Yabaiwa Juruna, aldeia Tubatuba, 2016).

As crianças Yudjá, desde os seus primeiros instantes no mundo, são educadas para a vida e para o viver, isto é, estão em um constante movimento de aprendizagem e ensinamentos para, a partir dos próprios corpos, permitir a existência e a manifestação da vida de outros seres. É na difusão dos conhecimentos que vai se tecendo o que é ser um Yudjá. O conhecimento é constituído nas diversas formas de relacionar-se, ocorre nos vínculos, nas conversas e nas misturas, nas alianças com a natureza — com o rio, com as aranhas, os pássaros, a lua, as sementes, entre outros (WUNDER, 2020).

O uso dos remédios também é uma expressão de cuidado. Alguns remédios são usados no coletivo como elemento de preparação do corpo nas crianças. No decorrer do desenvolvimento, as crianças vão aprendendo modos de sobreviver e enfrentar a vida. Utilizados por ambos os sexos, os remédios contribuem para a agilidade e força. Algumas práticas associadas ao uso dos remédios são: *txukaya da wiwi* (brincadeira da flecha) e *paaka* (força e equilíbrio). Ambas ligadas às práticas corporais (MENEZES, 2017).

Ensinada pelos adultos e relacionada ao remédio do milho, a brincadeira da flecha tem como finalidade o treinamento da esquiva acompanhada pela proteção do espírito do milho. Na brincadeira a criança vai desenvolvendo uma habilidade cada vez melhor com o jogo de corpo (MENEZES, 2017).

Na criança, passa-se o *paaka* nas articulações de todo o corpo. Ao longo do tratamento, as palavras saem dos lábios a fim de evocar os dons para aquela criança. Uma brincadeira entre o adulto e a criança que consiste em empurrar o corpo um do outro, marca o objetivo de permanecer de pé, firme. O término da brincadeira acompanha o ato de jogar no rio o remédio que restou junto com o pedido de levar embora a fraqueza daquela menina ou menino (MENEZES, 2017).

A cultura dos Yudjá é carregada de conhecimento, aprendizagens e vínculos. Transmitir para as crianças as crenças e os costumes e ensinar o valor da cultura são, para além de resistir, trazer à luz a memória e a existência de uma cultura rica que foi ao longo de anos, por meio do colonialismo, alvo de apagamento. O movimento sinaliza a vida e, assim, deve ser o conhecimento dos Yudjá: um conhecimento sempre em movimento. Transmitir para os mais novos a história do seu povo é viver o passado no

presente e ansiar fazer do próprio território chão de vivência e sobrevivência. Portanto, descolonizar é retornar às origens. É reconhecer a diversidade, a pluralidade dos modos de vida e de hábitos, é a compreensão de que o Brasil é muito vasto para ser um padrão.

Decolonialidade e o Protagonismo Infantil

A contextualização da infância de um Yudjá mostra a resistência de um povo frente a um projeto colonizador. Todavia, são evidentes as ações que objetivam dizimar a cultura das comunidades indígenas por meio do desmatamento e da elaboração de direitos sob um viés universal de caráter branco e europeu, desconsiderando, assim, a diversidade que constitui o Brasil. A herança colonial produz na América Latina ações violentas e veladas contra as culturas, as crenças e as ideias que são opostas ao modelo universal posto pela colonização. É diante das facetas do racismo, machismo e do silenciamento e exclusão dos povos originários que nota-se ainda a perpetuação da colonialidade (CLASTRES, 2014; COLEHO; BARBOSA, 2017).

As configurações dos colonialismos se fazem nítidas na apresentação dos três eixos — natureza, gênero e cultura. Existe uma visão discriminatória quanto aos saberes populares, como o tratamento de doenças com elementos da flora, por exemplo, bem como a lua como fonte de conhecimento. Tal discriminação considera a natureza como parte separada do cotidiano, caracterizando assim a colonialidade da natureza (KUHN JÚNIOR; MELLO, 2020).

Tendo em vista que essa construção da noção de infância se deu pela Europa, enquanto modelo padrão, do ponto de vista de Kuhn Júnior e Mello (2020), os povos indígenas e a diversidade/pluralidade de cada povo foram silenciados por meio das colonialidades. Nesse sentido, Salva *et al.* (2021) apontam para a necessidade do diálogo decolonial, na medida em que, este permite olhar para criança dentro de sua multiplicidade e cultura na qual a possibilita ser ativa nas suas relações sociais e interações, permitindo uma noção de infância mais diversa e que ganha espaço e visibilidade. Aqui, o exercício decolonial é entender a criança como sujeito participativo, uma vez que as crianças e as infâncias desafiam o mundo do adulto, sua racionalidade e definições, caracterizando um protagonismo infantil, que evidencia como as crianças

contribuem, a partir de suas expressões, para transformar o mundo e as pessoas com quem se relacionam.

A decolonialidade permite um maior entendimento acerca da infância, uma vez que a mesma está inserida em um grupo social e se constitui a partir das intersecções entre o gênero, classe, raça/etnia, tempo e espaço (SOUSA, 2022). A interseccionalidade, como ferramenta teórico-metodológica, visa trazer às claras as camadas por detrás das relações de poder, junto às questões de gênero, classe e raça, tanto nos espaços coletivos quanto individuais e, como tais processos se entrelaçam, com os elementos culturais e institucionais (SANTIAGO, 2019).

Diante da tentativa de criar espaços que visam pensar a decolonialidade, faz-se necessário considerar as leis que garantem os direitos das crianças e dos adolescentes indígenas e afrodescendentes, e, pensar de que modo podem ser construídos novos diálogos decoloniais. Segundo o Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, é assegurado a todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, ou seja, o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990). A criança é um cidadão do mundo, e cidadão do seu mundo. Dotado de direitos e representatividades sociais, éticas e políticas, habita espaços que, por vezes, não a reconhece em tais perspectivas, ignorando sua potencialidade e integralidade. Seguindo desta forma, sob as imposições do colonizador, transpassando os aspectos biopsicossociais dos sujeitos e da legislação. Os conflitos vigentes demonstram o racismo estrutural do país que fora construído em ganho da subalternação daqueles que não tinham voz, neste sentido, a questão estrutural (des)constrói a noção de infância de diversos povos.

É necessária a quebra da epistemologia colonial, para desmistificar o imaginário do que é ser indígena e o que é ser criança indígena. Ao falar sobre formação de subjetividades, deve ser respeitada a integralidade do sujeito, pois a fragmentação violenta a cultura, a herança ancestral, a conexão com a natureza, entre outras questões que cooperam para o bem viver de cada povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o presente trabalho teve por finalidade mostrar as singularidades da infância do povo Yudjá, destacando que o brincar e o sentimento de infância proposto por Sousa (2022) variam de acordo com cada contexto histórico-cultural-social, afirmando a necessidade de reconhecer as distintas infâncias e de que esta não é um conceito universal, mas sim plural.

Desde a colonização houve uma tentativa de moldar crianças e adolescentes latino-americanos a partir de um padrão europeu/colonizador, em que os povos indígenas perderam seu espaço, sua cultura e seu modo de vida (KUHN JÚNIOR; MELLO, 2020). Desta forma, na perspectiva do colonizador, o modo de infância vivido pelo povo Yudjá, por exemplo, pode até ser visto como se a criança indígena consistisse em um “adulto pequeno” pelo não indígena, na medida em que o documentário *Wappa* apresenta as características da infância como o acesso aos afazeres dentro da comunidade Yudjá, porém, é válido destacar que estes utilizam do espaço lúdico e pedagógico para formar subjetividades. Assim, pode ser considerado que esse modo de pensar está inserido na lógica da colonialidade do saber, estruturada no poder colonizador, que alude a compreensão da necessidade de criar espaços que visam o giro decolonial.

Por fim, fica evidente a relação dos elementos natureza, gênero e cultura presentes na educação das crianças, com uma intrínseca relação o brincar, o viver com a/na comunidade e a espiritualidade, com destaque para o protagonismo infantil que entende a criança ativa em suas relações sociais e interações, propondo uma noção de infância mais diversa e que ganha espaço e visibilidade.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. ano 1990, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 nov. 2022.

BUMLAI, D. U. M.; FARGETTI, C. M.; REEKS, D.; MENDONÇA, P.; MEIRELLES, R. Waapa. Documentário. Rio de Janeiro: Maria Farinha Filmes, 2017. **Raído**, v. 15, n. 39, p. 203–208, 2021. DOI: 10.30612/raido.v15i39.14933. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/14933>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CLASTRES, P. A. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

COELHO, O. P.; BARBOSA, M. C. S. Anarquismo e descolonização: possibilidades para pensar a infância. **Childhood & Philosophy**, v. 13, n. 27, p. 335-352, 2017.

DIDONET, V. **Construção sócio-histórica da infância na América Latina e Caribe**: as várias infâncias. Texto base de conferência proferida na Universidade Católica do Peru, Lima, 2005. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/construcao-socio-historica-da-infancia-na-america-latina-e-caribe-as-varias-infancias/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

KUHN JÚNIOR, N.; MELLO, B. B. A noção de infância e adolescência: inflexões decoloniais sobre os direitos de crianças e adolescentes na América Latina. **Revista Brasileira de História e Ciência Sociais**, v. 12, n. 24, p. 284-312, jul./dez. 2020. <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11899>.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramon (Orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

MELIÀ, B. S. J. El guaraní: experiência religiosa. Assunção: Ceaduc/Cepag, 1991.

MENEZES, P. M. **Corpo preparado, alma protegida**: jeitos de cuidar e modos de aprender no crescimento da criança Yudja. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MIGNOLO, W. Colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005, p. 33-49.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005, p. 107-130.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009, p. 73-118.

SALVA, S; SCHUTZ, L. W; MATTOS, R. S. Decolonialidade e interseccionalidade: Perspectivas para pensar a infância. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 7, n. 1, p. 160–178, 2021. <https://doi.org/10.9771/cgd.v7i1.43546>.

SANTIAGO, F. Eu **Quero Ser o Sol – crianças pequenininhas, culturas infantis, creche e intersecção**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

SOUSA, V. L. M. S. O sentimento de infância no Brasil: uma tentativa de decolonização. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 9, n. 3, p. 123-146, 2022.

WAAPA. Direção: David Reeks, Paula Mendonça e Renata Meirelles. Produção: Maria Farinha. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7y3e57XZRKs>>.

WUNDER, A. Infância Yudjá e a educação em um mundo vivo: Pensamentos em torno do filme Waapa. *In*: BARREIRO, A.; CAVALCANTE, N. A. da S.; FARIA, A. L. G. de (Orgs.) **Pesquisas e pedagogias: educação para as diferenças**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 73 – 90.

Pamela Staliano – Doutora em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde pela Universidade de Brasília. Professora Adjunta do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados – MS. Brasil.

Kyara Mauriane Oliveira Grandini – Graduanda em Psicologia, bolsista do Programa de Educação Tutorial, Membro do Grupo PET Psicologia/Geografia/Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados – MS. Brasil.

Rebeca Valdez Santos – Graduanda em Psicologia, bolsista do Programa de Educação Tutorial, Membro do Grupo PET Psicologia/Geografia/Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados – MS. Brasil.

Tawana Mirelle Gonçalves de Oliveira – Graduanda em Psicologia, bolsista do Programa de Educação Tutorial, Membro do Grupo PET Psicologia/Geografia/Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados – MS. Brasil.

Recebido para publicação em 20 de dezembro de 2022.

Aceito para publicação em 21 de dezembro de 2022.

Publicado em 14 de fevereiro de 2023.